

" NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE "

OBJECTIVOS

- ✓ Identificar as Contas do POC
- ✓ Classificar os Documentos de acordo com o POC
- ✓ Ler e interpretar um Balancete, um Balanço e uma Demonstração de Resultados

PROGRAMA

- ✓ Introdução
- ✓ Estudo das Contas do POC
- ✓ Mapas Incluídos no POC
- ✓ Ligações entre a Contabilidade Geral e a Contabilidade Analítica
- ✓ Aspectos Fiscais e de Gestão
- ✓ Casos Práticos
- ✓ Cidadão do Futuro
- ✓ SAS

ÍNDICE DO MANUAL

NOME DO TEXTO	Nº DA PÁG.
CONTABILIDADE: CONCEITOS E OBJECTIVOS	4
BREVE HISTORIAL	6
CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS	9
PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS	14
PATRIMÓNIO DA EMPRESA	17
INVENTÁRIO	20
BALANÇO	23
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	28
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31
ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS	34
CONTA	36
AS 10 CLASSES DE CONTAS DO POC	42
CONTABILIDADE ANALÍTICA	59
SISTEMAS DE CONTAS	61
PROVISÕES	63
AMORTIZAÇÕES	65
REAVALIAÇÕES	69
LEASING OU LOCAÇÃO FINANCEIRA	72
CIDADÃO DO FUTURO	75
SAS	80

CONTABILIDADE: CONCEITOS E OBJECTIVOS

- **CONCEITOS**
- **OBJECTIVOS**

CONCEITOS

É a ciência que tem por objecto o estudo do património da Empresa, dando a conhecer em qualquer momento, a sua composição quantitativa e qualitativa.

OBJECTIVOS

Qual o objectivo da contabilidade?

REGISTAR toda a informação necessária para a revelação do património da Empresa. Permite-nos controlar dentro da Empresa stocks de mercadorias, o que temos a pagar e quando o devemos fazer, saldos bancários enfim permite controlar toda a actividade da Empresa.

As demonstrações financeiras, fornecem toda a informação acerca da posição financeira e resultados das Empresas, para que confirmem utilidade aos investidores, credores e outros utentes a fim de estes investirem racionalmente, concederem crédito e tomarem outras decisões. É pois desta forma que as demonstrações financeiras contribuem para o funcionamento eficiente dos mercados de capitais.

Esta informação deve ser compreensível aos que desejam analisar e avaliar dando a conhecer quais os recursos económicos eficientes e mostrar o resultado do exercício da gerência e responsabilidade pelos recursos que lhe foram confiados.

Toda esta informação é obtida através de documentos.

Que tipo de documentos?

Documentos de compras e receitas (facturas; guias de remessa; recibos; notas de crédito; notas de débito e vendas a dinheiro).

BREVE HISTORIAL

- PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE
- CONSELHO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

A contabilidade apareceu, porque foi sempre preocupação de todo o comerciante verificar se perde ou ganha com as transações que efectua.

Assim ao longo dos anos foram surgindo diversos métodos que aperfeiçoados deram origem à actual metodologia – partida dobrada. Esta metodologia dá-nos uma ideia aproximada entre o valor económico e patrimonial da Empresa.

Outrora todos os registos eram feitos manualmente em folhas - diário e simultaneamente nas folhas do Razão, toda a informação fornecida pelo Diário era classificada dentro das próprias contas. Com a evolução dos tempos estes registos passaram a ser feitos em fichas acompanhados da introdução de novas técnicas: agrupamento de documentos e introdução da contabilidade propriamente dita.

Surge o **PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE** para permitir às Empresas comparar as suas situações patrimoniais. Este plano define-se como um conjunto de regras contabilísticas que utilizam as mesmas técnicas e as mesmas contas para diferentes Empresas.

A introdução do **POC** teve como objectivo o da transparência entre Empresas do mesmo ramo. Assim o Estado pode permitir-se fazer comparações estatísticas e apurar o montante de impostos a liquidar, os bancos podem fazer análises quanto à solidez das diferentes Empresas e definir os níveis de endividamento e quais as taxas de juro a praticar, quanto aos fornecedores podem avaliar a capacidade da Empresa para pagar antecipadamente e poder assim definir condições de crédito.

Foi no ano de 1978 que ocorreu a adopção da 4ª Directiva por parte do **CONSELHO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS**, 78/660/CEE. Esta regulamentava acerca das contas anuais de certas formas de Sociedades.

O objectivo principal foi o de coordenar as disposições nacionais dos vários Estados membros respeitantes à estrutura e conteúdo das contas anuais e do relatório de gestão, critérios de valorimetria, bem como a divulgação dos documentos .Esta aplicação estende-se às Sociedades anónimas e Sociedades por quotas.

A norma estabelece também esquemas de modelos obrigatórios para a elaboração de Balanço e apuramento de resultados, e outras informações a divulgar em notas anexas.

Portugal ao aderir à comunidade em 1986, viu-se na obrigação de adoptar estas normas. Assim a COMISSÃO de NORMALIZAÇÃO CONTABILISTICA, adaptou o **POC** a esta 4ª directiva.

CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS

- **BALANÇO**
- **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA**
- **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÃO**
- **ANEXO**
- **QUADRO DE CONTAS**
- **DEMONSTRAÇÃO E ORIGEM DE FUNDOS**
- **TRATAMENTO DE LIGAÇÕES ENTRE EMPRESAS**
- **PROVISÕES**
- **TITULAÇÃO DAS DÍVIDAS**
- **APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

BALANÇO

O modelo adoptado é o tradicional, e a sua estrutura implica a correspondência entre cada um dos seus elementos e as contas do **POC**.

Os elementos do activo passaram a ser classificados segundo a sua natureza, destino e aplicação.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Obtida partir dos custos e proveitos por naturezas, obedecendo à classificação das contas do **POC** (contas 6 e 7). Possibilita ainda que se classifiquem os resultados em Correntes e extraordinários, bem como o desdobramento dos primeiros em operacionais e financeiros.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

Além da comparabilidade da informação financeira e dos instrumentos de análise é ainda de grande utilidade para a gestão e tem uma maior divulgação a nível internacional. Esta foi adoptada segundo a directriz contabilística nº20, a qual refere que os resultados devem ser apurados obedecendo aos seguintes níveis:

1. Resultados Brutos
2. Resultados Operacionais
3. Resultados correntes (antes e depois de impostos)
4. Resultados Extraordinários(antes e depois de impostos)
5. Resultados Líquidos
6. Resultados por acção

ANEXO

Este sofreu alterações face à 4ª directiva. Abrange um conjunto de informações que se destinam a comentar quantias incluídas quer no Balanço quer na demonstração de resultados, e a divulgar factos ou situações que não tendo expressão naquelas demonstrações financeiras, são úteis para o leitor das contas, pois podem vir a influenciar a posição financeira da Empresa.

A qualidade da informação financeira da Empresa depende em grande parte do conteúdo destas notas.

QUADRO DE CONTAS

As alterações introduzidas não influenciaram o **POC** no que concerne às contas. Assim as classes 9 e 0 continuam reservadas à contabilidade interna e ao tratamento de outras informações. O **POC** permite ainda criar subcontas para os casos possíveis e não contemplados pelo plano. No entanto deve-se ter o maior cuidado no uso desta faculdade, pois deve sempre respeitar-se o conteúdo da conta principal.

DEMONSTRAÇÃO E ORIGEM DE FUNDOS

Também conhecida por “ demonstrações das alterações na posição financeira “ sofreu pequenas modificações, apenas as apresentadas no código de contas e da apresentação directa do fluxo de fundos.

TRATAMENTO DE LIGAÇÕES ENTRE EMPRESAS

Devido à detenção de partes de capital e de outros direitos podemos classificar as Empresas em diferentes tipologias:

- Empresas de Grupo
- Empresas associadas
- Outras Empresas

Dentro das Empresas grupo, encontramos as Empresas mãe (aquelas que por si só dominam ou controlam outra Empresa) e Empresas filiais (aquelas sobre a qual uma detém o domínio).

No que concerne às Empresas associadas, são aquelas sobre as quais uma Empresa participante exerce uma influência significativa sobre a gestão e política financeira.

PROVISÕES

A sua constituição deve apenas respeitar a situações associadas a riscos e em que não se trate apenas de uma simples estimativa de um passivo certo.

TITULAÇÃO DAS DÍVIDAS

O anterior **POC** apresentava dois tratamentos diferentes para a titulação das dívidas, actualmente com as modificações, aponta-se para a flexibilidade, permitindo várias formas de tratamento; as Empresas devem utilizar a mais útil e compatível com os meios de processamento à sua disposição.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nestas as quantias devem ser indicadas em milhares de contos ou seja sem fracções. Actualmente e face à moeda única as Demonstrações Financeiras também podem ser apresentadas em Euros.

De salientar que nestas demonstrações, não são necessária a inclusão de contas quando estas não apresentem saldos.

PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS

- CONTINUIDADE
- CONSISTÊNCIA
- CUSTO HISTÓRICO
- ESPECIALIZAÇÃO
- PRUDÊNCIA
- SUBSTÂNCIA SOBRE A FORMA
- MATERIALIDADE

Os princípios contábilísticos têm como objectivo a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das operações da Empresa. Os fundamentais são:

CONTINUIDADE

Considera-se que a Empresa opera sem duração limitada. Desta forma a Empresa não tem intenção nem necessidade de diminuir o volume das suas operações.

CONSISTÊNCIA

Considera-se que a Empresa não altera as suas políticas contabilísticas de um exercício para o outro. Se o fizer e esta tiver efeitos materialmente relevantes, estes devem ser referidas no anexo.

CUSTO HISTÓRICO

Em que todo o documento é lançado pelo seu custo inicial.

ESPECIALIZAÇÃO

Os proveitos e custos são reconhecidos quando obtidos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

PRUDÊNCIA

Não devemos registar ganhos potenciais, mas optar por registar perdas potenciais de mercadorias por exemplo em stock.

SUBSTÂNCIA SOBRE A FORMA

As operações devem ser contabilizadas atendendo à sua substância e à realidade financeira e não apenas à sua forma legal

MATERIALIDADE

As demonstrações financeiras devem evidenciar todos os elementos que sejam relevantes e que possam afectar avaliações ou decisões pelos utentes interessados

PATRIMÓNIO DA EMPRESA

- **BENS**
- **DIREITOS**
- **OBRIGAÇÕES**

O conjunto de bens, direitos e obrigações em determinada data devidamente valorizados.

BENS

- Edifícios; equipamentos; máquinas; viaturas
- Dinheiro
- Depósitos ` ordem
- Produtos

DIREITOS

- Clientes (o que tem a receber)

OBRIGAÇÕES

- Fornecedores
- Estado
- Banco

Assim podemos afirmar que **bens e direitos** constituem o **ACTIVO** da Empresa e as **obrigações** constituem o **PASSIVO** da Empresa.

Normalmente o **ACTIVO** deve ser superior ao **PASSIVO**, pois o contrário implica que a Empresa corre riscos que a poderão conduzir à falência

VALOR DO PATRIMÓNIO DA EMPRESA

$$\text{ACTIVO} - \text{PASSIVO} = \text{SITUAÇÃO LÍQUIDA}$$

CLASSIFICAÇÃO DOS FACTOS PATRIMONIAIS

A actividade corrente desenvolvida pelas Empresas origina factos patrimoniais que produzem constantes alterações na estrutura das contas.

Todas as operações, que conduzem a uma variação qualitativa nas contas, permanecendo invariável o valor do Capital, dizem-se que originam factos patrimoniais permutativos .

Todas as operações, que conduzem a uma variação quantitativa nas conta, provocando uma alteração no valor do Capital Próprio originam factos patrimoniais modificativos.

INVENTÁRIO

- ORDENAÇÃO
- CONTEÚDO
- APRESENTAÇÃO

É a relação referida a uma data determinada de elementos patrimoniais da Empresa, devidamente quantificados e valorizados. Podem ser classificados de diferentes tipologias.

QUANTO À ORDENAÇÃO

1. Simples e corrido
2. Classificado ou selectivo

Entende-se como sendo **simples**, aquele cujos bens não se encontram agrupados

Entende-se como **classificado ou selectivo**, aquele cujo os bens se encontram agrupados por categorias

QUANTO AO CONTEÚDO

1. Total ou geral
2. Parcial

Total ou geral, aquele que discrimina todo o conjunto de bens da Empresa

Parcial, aquele que apenas faz referência a uma parte dos bens da Empresa

QUANTO À APRESENTAÇÃO

- 1. ANALÍTICA**
- 2. SINTÉTICA**

Analítica aquela que descreve exaustivamente os bens

Sintética, aquela que descreve os bens agrupado

SÃO QUATRO OS PASSOS PARA UMA CORRECTA ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO:

ARROLAMENTO

É a listagem dos elementos constituintes do Património da Empresa.

Ex. Depósitos à ordem, viaturas, edifícios, etc.

CLASSIFICAÇÃO

Agrupamento em contas dos elementos com características comuns

DESCRIÇÃO

Indica os elementos patrimoniais integrantes de cada conta

AValiação

Valorização dos elementos patrimoniais da Empresa em análise

As Empresas devem possuir um livro chamado **LIVRO DE INVENTÁRIO E BALANÇOS**, onde devem constar os inventários.

BALANÇO

- EXERCÍCIO ECONÓMICO
- ELEMNTOS PATRIMONIAIS DA EMPRESA
- MASSAS PATRIMONIAIS GERAIS
- MASSAS PATRIMONIAIS DO ACTIVO
- MASSAS PATRIMONIAIS DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Expressão da relação existente entre o **ACTIVO**, o **PASSIVO** e a **SITUAÇÃO LÍQUIDA**.

A elaboração do Balanço por parte das Empresas tem um duplo objectivo:

- apuramento dos resultados do ano
- análise da actividade desenvolvida pela Empresa

O espaço que medeia dois balanços obrigatórios (Balanço Inicial e Balanço Final) designa-se **Exercício Económico** que coincide com o ano civil.

A Situação líquida será então a diferença aritmética entre o activo e o passivo, e sempre que procedemos ao registo e movimentos contabilísticos temos de garantir esta igualdade.

O **BALANÇO** representa o património da Empresa quer em composição, quer em valor ,decomposto e agrupado em classes.

Por convenção o activo tem de ser classificado .Existem um conjunto de grupos em que se acumula a informação. Estes listam-se segundo ordem de grau crescente e de liquidez, ou seja do menos liquido para o mais liquido.

Assim no **ACTIVO** encontramos:

IMOBILIZADO

Não é objecto da actividade da Empresa, mas destina-se a permanecer na Empresa por vários exercícios.

1. Corpóreo - viaturas; edifícios; máquinas; ferramentas, etc.
2. Incorpóreo- trespases, patentes; aquisições financeiras

CIRCULANTE

Existências bens comercializáveis e que são objecto de actividade da Empresa

Clientes classe que inclui todos os compradores de mercadorias, produtos e serviços da Empresa

Outros devedores Inclui dividas a receber de terceiros não considerados clientes

Títulos Negociáveis classe que inclui as aplicações financeiras de curto prazo ou seja inferiores a um ano

Depósitos bancários inclui meios de pagamento existentes em contas à vista nas instituições de crédito

Caixa inclui meios de pagamento tais como: moedas metálicas de curso legal, notas, cheques e vales postais, nacionais ou estrangeiros

SITUAÇÃO LIQUIDA OU CAPITAL PRÓPRIO

Capital Social É o valor inicial do património

Resultados Transitados Representa os lucros ou prejuízos retidos de anos anteriores

Reservas Representa os lucros de anos anteriores aplicados na Empresa

Resultado Líquido do Exercício Representa o lucro ou prejuízo do exercício

Dentro do **PASSIVO** encontramos:

Fornecedores Inclui os vendedores de bens e/ou serviços adquiridos pela Empresa , exceptuando os fornecedores de imobilizado.

Fornecedores de Imobilizado Inclui os vendedores de bens e serviços com destino ao activo da Empresa.

Estado e Outros Entes Públicos Inclui as operações com o Estado, Autarquias, e outros Entes Públicos.

Outros Credores Inclui as dívidas a pagar a terceiros, não fornecedores

CONCLUSÃO:

Elementos Patrimoniais da Empresa – Bens, Direitos e Obrigações

Massas Patrimoniais Gerais – Activo, Passivo e Capital Próprio

Massas Patrimoniais do Activo – Imobilizado e Circulante

Massas Patrimoniais do Capital Próprio e Passivo – Capital e Dividas a Terceiros

O Balanço distingue-se do Inventário essencialmente por incluir o Valor do Património ou Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

- POR NATUREZA
- POR FUNÇÕES

Reflete todos os resultados obtidos pela Empresa no decorrer do exercício.

O quadro de Demonstração de Resultados mostra a relação entre custos e proveitos e perdas e ganhos.

Em conformidade com o **POC** as contas de resultados são distribuídas por 3 classes (classes 6 a 8)

Na necessidade de satisfazer as pequenas Empresas foram elaborados modelos menos pormenorizados, para efeito de prestação de contas.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

TEMOS:

Custos e perdas (registam-se sempre a débito).

Toda a classe 6 é discriminada e apresentado cada um dos seus somatórios.

Proveitos e ganhos (registam-se sempre a crédito).

Toda a classe 7 é discriminada e apresentado cada um dos seus somatórios.

É colocado o valor correspondente ao imposto sobre o rendimento do exercício

É colocado o resultado líquido do exercício.

De salientar que ao longo da DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, vai-se procedendo aos cálculos dos Resultados Operacionais, Resultados Financeiros, Resultados Correntes, Resultados antes de Impostos e Resultado Líquido do Exercício.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

Imposta a todas as Sociedades que ultrapassem dois dos limites (Art.º 262 do Código das Sociedades).

- a) Total do Balanço superior a 140.000cts
- b) Total de vendas líquidas e outros proveitos superior a 280.000cts
- c) Número de trabalhadores superior a 50

Na Demonstração de Resultados por Funções, obtemos uma solução através de diversos cálculos. Assim :

- Cálculo dos Resultados Brutos
- Cálculo dos Resultados operacionais
- Cálculo dos Resultados Correntes
- Cálculo do Imposto sobre os Resultados Correntes
- Cálculo dos Resultados Extraordinários
- Cálculo do Imposto sobre Resultados Extraordinários
- Cálculo do Resultado Líquido
- Cálculo Resultado por Acção

**ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE
RESULTADOS**

Como atrás referido este anexo é um conjunto de informações que a Empresa tem de prestar.

Assim além de comentar quantias incluídas no Balanço e na Demonstração de Resultados, ainda divulga factos ou situações que apesar de não terem expressão nas demonstrações financeiras, são úteis para o leitor de contas, pois podem influenciar a posição financeira da Empresa.

Estes anexos também podem ser elaborados de forma mais sintética, desde que a Empresa não ultrapasse dois dos limites impostos pelo artigo 262 do Código das Sociedades.

Os anexos ao Balanço e Demonstração de Resultados devem conter notas como por exemplo:

- a) As disposições do **POC** que, por motivos excepcionais foram derogadas, as justificações dessas alterações e quais os efeitos em termos de demonstrações financeiras.
- b) Quais os conteúdos das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados que não são comparáveis aos do ano anterior, e em que consistiram essas alterações.
- c) Quais os critérios valorimétricos utilizados nas várias rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados e quais os métodos de cálculo para as diversas rubricas.
- d) Cotações utilizadas para a conversão em moeda portuguesa.

- e) Indicar em que montante o resultado do exercício foi modificado de modo a obter vantagens fiscais. (adopção de critérios valorimétricos diferentes do **POC**, amortizações superiores, por provisões superiores às previstas na Lei.
- f) Indicação de situações que venham a afectar significativamente os impostos futuros.
- g) Número médio de pessoas ao serviço.
- h) Comentário às contas 431 (despesas de instalação) e 432 (despesas de investigação).
- i) Justificação dos trespasses.
- j) Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS

- PROVISÕES
- DÍVIDAS DE TERCEIROS A MÉDIO E LONGO PRAZO
- IMOBILIZADO
- CAPITAL, RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS
- RESULTADO LÍQUIDO E EXERCÍCIO
- DIÁRIO

Trata-se de um mapa utilizado em análise financeira que se elabora a partir das variações apuradas em contas analíticas dos balanços de dois exercícios consecutivos e indicadas sob as rubricas seguintes:

- **Provisões**
- **Dividas de Terceiros a Médio e Longo Prazo**
- **Imobilizado**
- **Capital Reservas e Resultados Transitados**
- **Resultado Líquido Exercício**

Este mapa é formado por duas partes:

- **ORIGEM DE FUNDOS**
- **APLICAÇÃO DE FUNDOS**

Todo o **aumento de uma conta de passivo** ou da situação líquida é uma origem de fundos.

Toda uma **diminuição de uma conta de Passivo ou da Situação Líquida** é uma aplicação de fundos.

Toda uma **diminuição de uma conta do activo** é uma origem de fundos.

Todo o **aumento de uma conta do activo** é uma aplicação de fundo.

Toda a Empresa deve possuir um registo cronológico das operações ou seja **O DIÁRIO**.

Diário – serve para registar dia a dia por ordem de datas, em assento separado, cada um dos seus actos que modifiquem ou possam vir a modificar a sua fortuna.

CONTA

- TÍTULO
- EXTENSÃO
- REPRESENTAÇÃO
- MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS
- SALDO
- REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO DE CUSTOS E PROVEITOS
- BALANCETE

Designa-se por **CONTA**, o conjunto dos valores patrimoniais que têm características semelhantes e expressas em unidades de valor.

Exemplos:

- Meios de pagamentos existentes em conta – Depósitos à ordem
- Dividas a pagar a terceiros – fornecedores
- Lucros de anos anteriores- reservas

Como toda a classe de valores, as contas têm necessariamente de apresentarem características próprias:

TÍTULO designação da própria conta e evidencia a propriedade comum a todos os elementos patrimoniais que a integram – compreensão.

EXTENSÃO corresponde ao valor da conta expresso em unidades monetárias.

REPRESENTAÇÃO por tradição a conta apresenta o mesmo traçado do balanço e da demonstração de resultados, isto é forma de **T**. Assim o **T** é a representação simplificada de uma folha do **RAZÃO**.

Existem dois requisitos importantes para colocar aos elementos na conta:

Homogeneidade elementos com características comuns

Integralidade complemento da primeira, todos os elementos com características comuns devem fazer parte da mesma conta

MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS

Extensão inicial (saldo inicial)

1. as contas do **ACTIVO** são **DEBITADAS** por extensões iniciais
2. as contas do **PASSIVO** são **CREDITADAS** por extensões iniciais

Quanto à movimentação das contas do activo, estas são debitadas pela extensão inicial e por aumento de extensão e creditadas por a diminuição de extensão .

Quanto à movimentação das contas do passivo, estas são creditadas pela extensão inicial e por o aumento de extensão e debitadas pela diminuição de extensão.

$$\text{SALDO} = \text{DÉBITO} - \text{CRÉDITO}$$

O saldo da conta dá-nos a indicação do seu valor em cada momento

SE:

- $D > C$ = Saldo Devedor
- $D < C$ = Saldo Credor
- $D = C$ = Saldo Nulo

Em suma o saldo recebe o nome do lado mais forte

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO DE CUSTOS E PROVEITOS

CUSTOS: São debitados sempre que a Empresa suporta um custo

PROVEITOS: São creditados sempre que a Empresa obtém um proveito

É importante que se proceda a uma correcta identificação das contas, para saber se as devemos movimentar no Activo ou no Passivo

As Empresas são obrigadas a possuir um Registo Sistemático – **RAZÃO** – bem como utilizar o Método Contrapartida ou **Digráfico**, no registo das variações patrimoniais.

O T divide o plano em duas partes:

- 1º DEVE OU DÉBITO
- 2º HAVER OU CRÉDITO

Ex.:

CAIXA

DÉBITO	CRÉDITO
250	175
S.D.	75

Concluimos então que a Caixa contém um saldo de 75 EUROS. Como o saldo se obtém por diferença entre dois valores pode acontecer:

Débito é maior que o crédito então temos um **saldo devedor ou seja um saldo positivo**

BALANCETE

É o quadro resumo de contas composto por:

- Título das contas que constituem o Razão
- Débito e Crédito acumulado das Contas
- Saldo das Contas

Do traçado do balancete fazem parte os seguintes elementos.

Código de Contas	Contas	Débito	Crédito	SALDOS	
				Devedor	Credor

O Balancete de verificação mostra-nos que:

- 1º o total de débitos das contas é igual ao total dos créditos – princípio da dualidade
- 2º o total dos saldos devedores é igual ao total dos credores

Em regra o balancete elabora-se mensalmente, tendo como finalidade verificar se os registos no Razão estão correctos e também com a finalidade de apreciar a situação da Empresa.

Através do balancete pode então fazer-se uma análise sumária da :

SITUAÇÃO FINANCEIRA através da comparação dos valores das disponibilidades com as dívidas a terceiros a curto prazo.

SITUAÇÃO ECONÓMICA calcula-se aproximadamente o valor de resultado da Empresa, pela diferença entre custos e perdas e proveitos e ganhos.

O Balancete Final mostra-nos que:

- 1º - o total de débitos é igual ao total de créditos.
- 2º - o total dos saldos devedores é igual ao total dos saldos credores.
- 3º - todas as contas de custos e perdas e proveitos e ganhos estão saldadas.
- 4º - Evidencia o resultado líquido do exercício obtido pela Empresa.
- 5º - a partir dele obtém-se facilmente o Balanço final.
- 6º - nas contas mistas (as que englobam direitos e obrigações) os saldos devedores estão separados dos saldos credores.

ESTE BALANCETE ELABORA-SE APENAS NO FINAL DE CADA EXERCÍCIO ECONÓMICO

AS 10 CLASSES DE CONTAS DO POC

- **DISPONIBILIDADES (1)**
- **TERCEIROS (2)**
- **EXISTÊNCIAS (3)**
- **IMOBILIZAÇÕES (4)**
- **CAPITAL, RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS (5)**
- **CUSTOS E PERDAS (6)**
- **PROVEITOS E GANHOS (7)**
- **RESULTADOS (8)**
- **CONTABILIDADE DE CUSTOS (9)**
- **LIVRE (0)**

As contas do **PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE** estão divididas em **10 Classes**, numeradas de **1 a 0**.

- **CLASSE 1 - Disponibilidades**
- **CLASSE 2 - Terceiros**
- **CLASSE 3 - Existências**
- **CLASSE 4 - Imobilizações**
- **CLASSE 5 - Capital, Reservas e Resultados Transitados**
- **CLASSE 6 - Custos e Perdas**
- **CLASSE 7 - Proveitos e Ganhos**
- **CLASSE 8 - Resultados**
- **CLASSE 9 - Contabilidade de Custos**
- **CLASSE 0 - Livre**

As contas das classes 1 a 5 e as contas 88 (resultado do exercício) e conta 89(dividendos antecipados) constituem o Balanço.

As contas das classes 6 e 7 permitem a determinação do resultado liquido do exercício e a demonstração de resultado.

As contas da classe 8 permitem, apurar os resultados de acordo com o conceito expresso no seu titulo:

- Conta 81- Resultados operacionais.
- Conta 82 – Resultados financeiros
- Conta 84 – Resultados Extraordinários
- Conta 88 – Resultado liquido do exercício

A classe 9 destina-se à contabilidade analítica ou de custos.

A classe 0 embora livre, destina-se às contas extrapatrimoniais

CLASSE 1- DISPONIBILIDADES

11 - CAIXA

Inclui meios de pagamentos, tais como moedas, cheques e vales postais nacionais e estrangeiros. Os critérios de valorimetria do **POC** sobre as disponibilidades estabelece “ as disponibilidades em moeda estrangeira são expressas no balanço final do exercício ao cambio em vigor nessa data”, significa que no final do exercício devem apurar-se o valor em escudos da moeda estrangeira.

Se valor do cambio exceder o valor contabilizado na conta caixa então:

- Deb. 11 - caixa
- Cred. 785 – proveitos e ganhos fiandeiros(diferenças de cambio)

Se o valor contabilizado em caixa for inferior ao cambio então:

- Deb. 685 – custos e perdas financeiras (diferenças desfavoráveis de cambio)
- Cred. 11 – caixa

12 - DEPÓSITOS à ORDEM

Respeita aos meios de pagamento existentes em instituições bancárias.

13 – DEPÓSITOS A PRAZO

Regista os depósitos feitos por determinado prazo, e que possam rapidamente transformar em depósitos a prazo.

14- OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS

São depósitos de aviso prévio.

15- TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Inclui todos os títulos adquiridos com o objectivo de tesouraria de curto prazo. Podem ser acções da própria Empresa de Empresas Associadas ou ainda de outras Empresas.

- Deb. 151 - (títulos negociáveis)
- Cred. 265 – Credores por subscrições não liberadas

18- OUTRAS APLICAÇÕES DE TESOURARIA

Esta inclui outros bens não incluídos nas outras contas, com características de aplicação de curto prazo.

19- PROVISÕES PARA APLICAÇÕES DE TESOURARIA

Regista as diferenças entre o custo de aquisição e o preço de mercado das aplicações de tesouraria. A provisão será constituída ou reforçada através da correspondente conta de custos sendo debitada na medida em que se reduzirem ou deixarem de existir as situações para a qual foi criada.

CLASSE 2 – TERCEIROS

21- CLIENTES

Regista, as relações da Empresa com os que lhe compram mercadorias, produtos ou serviços.

22- FORNECEDORES

Regista os movimentos com os vendedores de bens ou serviços, com excepção dos destinados ao imobilizado. Os fornecedores de imobilizado registam-se na conta 26.

23 – EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Registam-se nesta conta todos os empréstimos obtidos à excepção dos empréstimos de Accionistas.

24- ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Registam-se as relações com o Estado, Autarquias e outras Entidades Públicas, que tenham características de impostos e taxas.

25-ACCIONISTAS

Engloba todas as operações relativas às relações com os titulares de capital e com as Empresas Participadas.

26 – OUTROS DEVEDORES E CREDITORES

Aqui são lançadas todas transações da Empresa com terceiros não contempladas nas contas anteriores.

27 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Permite o registo dos custos e proveitos nos exercícios a que respeitam concretiza o princípio da especialização.

28 – PROVISÕES PARA COBRANÇAS DUVIDOSAS

Destina-se a fazer face aos riscos de cobranças dívidas de terceiros. A provisão será constituída ou reforçada através da conta de custos, sendo debitada quando reduzam ou cessem os riscos que visa cobrir.

29 – PROVISÃO PARA RISCOS E ENCARGOS

Esta conta serve para registar as responsabilidades derivadas de riscos de natureza específica e provável Exp. Pensões.

CLASSE 3- EXISTÊNCIAS

Nesta classe registam-se os bens armazenáveis que se destinem à venda ou a ser consumidos no processo produtivo da Empresa.

31 – COMPRAS

Lança-se nesta conta o custo de aquisição de matérias-primas e de bens aprovisionáveis destinados a consumo ou venda.

32 – MERCADORIAS

Respeita aos bens adquiridos pela Empresa com destino a venda, desde que não sejam objecto de trabalho posterior de natureza industrial.

33 – PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS

Inclui os bens provenientes da actividade produtiva da Empresa, assim como os que, embora normalmente reentrem no fabrico, possam ser objecto de venda.

34 – SUBPRODUTOS, DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS

Respeita aos bens de natureza secundária, provenientes dos produtos principais.

35 – PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO

São os que se encontram em fabricação ou produção, não estando em condições de ser armazenados ou vendidos.

36- MATÉRIAS – PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO

37 – ADIANTAMENTOS POR CONTA DE COMPRAS

38 – REGULARIZAÇÃO DAS EXISTÊNCIAS

Regista todas as variações nas contas de existências não derivadas das compras.

Ex. Ofertas, quebras, sobras.

39 – PROVISÕES PARA DEPRECIAÇÃO DE EXISTÊNCIAS

Regista as diferenças relativas ao custo de aquisição ou produção resultantes da aplicação de critérios definidos na valorimetria das existências.

CLASSE 4 – IMOBILIZAÇÕES

Inclui todos os bens detidos com continuidade e que não se destinem a ser vendidos ou transformados no decurso normal das operações da Empresa.

41 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Integra as aplicações financeiras de carácter permanente

42 – IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Integra o imobilizado tangível, móvel ou imóvel, que a Empresa utiliza na sua actividade operacional.

43 – IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

Integra o imobilizado intangível, nomeadamente, direitos e despesas de constituição, arranque e expansão

44 – IMOBILIZAÇÕES EM CURSO

Abrange as imobilizações de adição, melhoramento ou substituição enquanto não estiverem concluídas

48 – AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS

Regista a acumulação das amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo nos sucessivos exercícios

49 – PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Regista a diferença entre o custo de aquisição dos títulos e outras aplicações financeiras e o respectivo preço de mercado, quando este for inferior aquele.

CLASSE 5 – CAPITAL, RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

51 – CAPITAL

Esta conta representa o capital subscrito pelas Empresas sob forma de Sociedade.

52 – ACÇÕES PRÓPRIAS

Representa o valor nominal das acções ou quotas próprias adquiridas.

53 – PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES

Regista todas as prestações suplementares (quase sempre em dinheiro). Estas são deliberadas no Contrato de Sociedade.

54 – PRÉMIOS DE EMISSÃO

Deve ser levada a esta conta a diferença entre os valores de subscrição de acções emitidas e o seu valor nominal.

55- AJUSTAMENTO DE PARTES DE CAPITAL EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Regista os ajustamentos que porventura se verifiquem em partes de capital Que a Empresa possua em filiais.

56 – RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Serve de contrapartida aos ajustamentos monetários.

57- RESERVAS

São lançadas todas as reservas que a Empresa possua, excepto as de reavaliação.

59 – RESULTADOS TRANSITADOS

Regista os resultados líquidos e dividendos antecipados, provenientes do exercício anterior.

CLASSE 6 –CUSTOS E PERDAS

Esta conta regista por natureza os custos correntes operacionais nas contas 61 a 67, na conta 68 os custos e perdas financeiros e na conta 69 os custos ou perdas extraordinários.

De modo geral estas contas apenas se debitam, a excepções vão para :

- Devoluções, descontos e abatimentos, ou por correcções de lançamentos anteriores.

61- CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E CONSUMIDAS

Regista a contrapartida das saídas de existências nela mencionadas, por venda ou integração no processos produtivo.

62 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Compreende os trabalhos necessários ao processo produtivo.

63 – IMPOSTOS

Debita-se nas respectivas subcontas pelos impostos directos e indirectos, com excepção dos que incidem sobre os lucros da Empresa.

64 – CUSTOS COM PESSOAL

65 – OUTRO CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

66 – AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

Regista a depreciação das imobilizações corpóreas, com excepção investimentos financeiros e incorpóreas.

67 – PROVISÕES DO EXERCÍCIO

Regista no final do período contabilístico a variação positiva dos riscos, em cada provisão, entre dois períodos contabilísticos consecutivos.

68 - CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS

69 – CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS

CLASSE 7 – PROVEITOS E GANHOS

Esta classe regista, por natureza, os proveitos correntes operacionais nas contas 71 a 77, os proveitos financeiros na conta 78 e os proveitos extraordinários na conta 79.

De modo geral as contas desta classe creditam-se e quase sempre em contrapartida com a conta 11 ou 12. As excepções colocam-se nas contas:

- 716 - Vendas – IVA das vendas com imposto incluído
- 717 – Vendas - Devoluções de vendas
- 718 - Vendas - Desconto ou abatimentos em vendas
- 726 – Prestações de Serviços – IVA dos serviços com imposto incluído
- 728 - Prestações de Serviços - Descontos ou abatimentos

71 - VENDAS

Aqui estão expressas as vendas deduzidas do valor do IVA. Os valores aqui representados são fornecidos pela facturação.

72 – SERVIÇOS PRESTADOS

Representa os trabalhos e serviços prestados que sejam próprios da actividade da Empresa. Poderá integrar também os materiais aplicados, no caso de não serem facturados separadamente.

73 - PROVEITOS SUPLEMENTARES

São registados todos os proveitos obtidos de actividades que não sejam objecto da actividade principal da Empresa.

Ex. Aluguer de Equipamento.

74 – SUBSIDIOS À EXPLORAÇÃO

São verbas que foram atribuídas à Empresa com a finalidade de reduzir custos ou aumentar proveitos.

75 – TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA

Trabalhos que a própria Empresa realiza para si mesma, aplicando meios próprios, e que se destinam ao seu imobilizado.

76 - OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS

Aqui registam-se os proveitos de actividades que não sejam próprias dos objectivos da Empresa.

Ex. Direitos de Propriedade Industrial

78 – PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS

Esta conta reflecte os proveitos obtidos pela Empresa no que concerne a juros, rendimentos de imóveis, ganhos em Empresas Associadas, etc.

79 – PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

Credita-se pela restituição de impostos, que tenham sido pagos em excessos indevidamente em exercícios anteriores, pela recuperação de dívidas, ganhos em existências, etc.

CLASSE 8 – RESULTADOS

Esta conta começa por registar:

- Na conta 81 – Resultados Operacionais
- Na conta 82 – Resultados Financeiros
- Na conta 84 – Resultados Extraordinários

Com os saldos destas contas colocam-se três hipóteses:

- 1ª Transferir os saldos da conta 81 e 82 para a conta 83 e conjuntamente com o saldo da 84 transferir para a 85
- 2ª Transferir os saldos das contas 81, 82 e 84 directamente para a conta 85
- 3ª Transferir directamente os saldos das contas 81, 82 e 84 para a conta 88

81 – RESULTADOS OPERACIONAIS

Destina-se a concentrar o final de exercício. Assim contempla a débito os custos (conta 61 a 67) e a crédito os proveitos (conta 71 a 76).

82 – RESULTADOS FINANCEIROS

Reflecte os dados das contas 68 e 78.

83 – RESULTADOS CORRENTES

Esta conta de utilização facultativa, agrupa os saldos das contas 81 e 82.

84 – RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Agrupa os saldos da conta 69 (crédito)e 79 (débito).

85 – RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS

De utilização facultativa engloba os saldos das contas (83 e 84) ou os saldos das contas (81, 82 e 84).

86 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO

O valor estimado de imposto é aqui colocado (o valor é corrigido em termos fiscais antes de aqui ser colocado).

88 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

Esta conta recolhe os saldos das contas anteriores, ou seja tem por finalidade apurar o resultado liquido do exercício, depois de deduzidos os impostos. O saldo desta conta irá indicar se a Empresa teve prejuízo (saldo devedor) ou se obteve lucro (saldo credor).

89 – DIVIDENDOS ANTECIPADOS

Aqui estão reflectidos os dividendos distribuídos antes do apuramento dos resultados.

CONTABILIDADE ANALÍTICA

- REGISTO
- CONTROLO
- AVALIAÇÃO
- ANÁLISE
- PREVISÃO

Consiste na determinação dos custos dos produtos ou serviços por forma a permitir a sua avaliação no final dos períodos contabilísticos.

É bastante importante na tomada de decisões e controlo de gestão. A sua implantação tem vindo a aumentar, principalmente junto das grandes Empresas, quer industriais quer de serviços.

A contabilidade Analítica designa-se muitas vezes por contabilidade industrial (inicialmente foi implantada apenas nas Empresas industriais e também por contabilidade de custos (visa a determinação do custos dos produtos).

Sendo a contabilidade analítica a que mais depende das características de cada Empresa torna-se pois difícil estabelecer previamente um conjunto de contas, que se adapte às diferentes Empresas. Assim a CLASSE 9 deverá ser adaptada e estruturada de harmonia com as características de cada sector Empresarial.

Podemos então dizer que a **Contabilidade Analítica** tem como funções:

- 1º **REGISTAR** – regista factos patrimoniais efectuados pelas Empresas.
- 2º **CONTROLO** - possibilita o controlo e acompanhamento do desenvolvimento da actividade da Empresa.
- 3º **AVALIAÇÃO** – avalia os bens produzidos e armazenados.
- 4º **ANÁLISE** – fornece elementos necessários à análise dos resultados obtidos.
- 5º **PREVISÃO** – fornece elementos necessários à elaboração de orçamentos.

SISTEMAS DE CONTAS

- **MONISTA**
- **DUALISTAS**

O volume e natureza das contas a criar, pelas Empresas depende do sector de actividade destas e da informação que pretende. Existem sistemas diferentes para se realizar a ligação interna entre a contabilidade externa (contas 1 a 8).

E a contabilidade interna (conta 9)

SISTEMAS DE CONTAS MONISTA

Aquele em que as contas da Contabilidade Analítica e Contabilidade Geral se encontram juntas. Aqui as classes de contas 3(existências) 6 (custos e perdas) 7 (proveitos e ganhos) e 8 (resultados) movimentam-se por contrapartida da classe 9.

SISTEMAS DE CONTAS DUALISTAS

Aquele em que as contas da Contabilidade Analítica e Contabilidade Geral estão completamente separadas. Aqui as contas nunca se movimentam por contrapartida das classes 1 a 8, mas sim por contrapartida de uma outra da classe 9.

A ligação entre contabilidade externa e interna é feita através de contas reflectidas, que funcionam como um espelho, em que as contas das classes 1 a 8 aparecem creditadas, para serem posteriormente débitos noutras contas da classe 9.

PROVISÕES

Consiste em levar a custos algo que na realidade ainda não ocorreu ou seja ainda não se tornou um custo. Existe a possibilidade de receber mas é incerto, então vamos salvaguardar a Empresa.

O Gestor deve ponderar, para constituir o máximo de provisões possíveis mas, que lhe tragam benefícios.

Assim vai constituir tantas provisões como as que o Estado permite (fisco) aceitar como custo para a Empresa.

Quando o Gestor constitui provisões acima do permitido na Lei, a sua matéria colectável virá acrescida da diferença entre o que descontou e o que realmente pode descontar.

AMORTIZAÇÕES

- **AMORTIZAR**
- **MÉTODO DAS QUOTAS CONSTANTES**
- **MÉTODO DAS QUOTAS DEGRESSIVAS**
- **REGISTO CONTABILÍSTICO**
- **ASPECTOS FISCAIS**

Operação contabilística que visa simultaneamente a imputação do custo da utilização do Imobilizado pelos diversos exercícios. É a chamada depreciação do bem.

As amortizações desempenham um papel importante em termos de política económica, pois são factores decisivos para o crescimento e expansão da Empresa.

Ex. Um veículo automóvel custou 20.500 EUROS .Sabendo que sofre uma taxa de amortização de 25% e tem uma vida útil de 4 anos. Assim, quanto seria o custo a imputar em cada exercício?

Custo total = 20500 * 25% = 5125 EUROS

Em cada exercício o bem iria sofrer uma depreciação de 5125 EUROS. Seria este valor a considerar como amortização, e esta seria feita por 4 exercícios consecutivos.

AMORTIZAR

Consiste em repartir o custo de uma Imobilização pelos exercícios abrangidos pela sua vida útil ou duração económica.

Para avaliar a depreciação dos bens existem vários métodos.

Método das Quotas Constantes

Quotas Constantes – Valor aquisição / vida útil

Ex.
$$\frac{1000}{4} = 200$$

Vantagem: Grande simplicidade.

Desvantagem: Não reflecte a evolução da depreciação real do bem.

Método das Quotas Degressivas

A quota anual de reintegração aceite como custo em cada exercício será com base nos seguintes coeficientes:

- 1,5 para bens cuja vida útil é inferior a 5 anos
- 2 “ “ “ “ “ é igual a 5 ou 6 anos
- 2,5 “ “ “ “ “ é superior a 6 anos

REGISTO CONTABILÍSTICO DAS AMORTIZAÇÕES

1) Método Directo

- Deb. Conta 66 (amortizações do exercício)
- Cred. Conta 42 (imobilizado)

Vantagens: O saldo da conta de Imobilizado corresponde sempre ao valor contabilístico do bem

Desvantagem: Desconhecimento do valor de aquisição do Imobilizado e desconhecimento do montante de amortizações realizadas

2) Método Indirecto

- Deb. Conta 42 (imobilizado)
- Cred. Conta 48 (amortizações acumuladas)
- Deb. Conta 66 (amortizações do exercício)

Vantagens: Dá-nos sempre o valor de amortização efectuada em qualquer bem. O saldo das contas do Imobilizado indicam o valor de aquisição.

Desvantagens: Movimentam-se mais contas. A determinação do valor contabilístico é menos imediata.

ASPECTOS FISCAIS

- As amortizações são aceites como custos fiscais.
- As amortizações de bens não sujeitos a deprecios não são aceites como custos fiscais.
- Os bens são amortizáveis a partir do momento em que começam a ser utilizados (posso fazê-lo através de uma quota constante ou apenas em duodécimos).
- O método aceite pelo fisco é o método das quotas constantes, casuisticamente podem ser utilizados outros métodos.
- Durante a vida útil do bem deve ser utilizado sempre o mesmo critério de amortização.
- As Empresas podem mensualizar as amortizações, ou se aplicarem amortizações por inteiro no ano de aquisição do bem não aplicam no ano da venda.

Sob a representação contabilística as amortizações representam:

- Redução do valor do activo.
- Consideração do custo desse activo.

Assim temos de movimentar as contas de custo para débito e as contas de Imobilizado para crédito.

REAVALIAÇÕES

- DO ACTIVO IMOBILIZADO
- DEC-LEI 264/92
- VALORES DE BASE PARA REAVALIAÇÃO
- PROCESSOS DE REAVALIAÇÃO
- VALORES MÁXIMOS DE REAVALIAÇÃO
- RESERVA DE REAVALIAÇÃO

REAVALIAÇÃO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Decorre da necessidade de adequar a fidedignidade e objectividade dos registos contabilísticos e dos mapas finais à realidade.

Surge em consequência da inflação e porque tradicionalmente os registos contabilísticos assentam em custos históricos, e assim implica:

- As amortizações acumuladas são inferiores ao valor de substituição do bem.
- Cálculo por defeito dos custos de produção, levando ao aparecimento de lucros fictícios.

AS REAVALIAÇÕES SÃO FEITAS DE ACORDO COM O DEC – LEI 264/92

I ÂMBITO

- Sujeitos passivos de IRS e IRC.
- Equipamentos existentes e em utilização na data de reavaliação.
- Grandes reparações.
- Excepções:
 - Bens completamente amortizados e que já não estejam ao serviço.
 - Imobilizado que se apresente totalmente reintegrado em 31/12/92.
 - Bens de reduzido valor, amortizado num só ano (bens unitários de valor igual ou inferior a 200 EUROS- Art.º 31 CIRS).

VALORES DE BASE PARA REAVALIAÇÃO

- Custos de aquisição ou produção do imobilizado para bens nunca antes reavaliados.
- Valor da reavaliação feita ao abrigo da anterior Legislação para Bens já Reavaliados.
- Valores transferidos de uma Empresa para outra resultante de fusão, cisão ou constituição.

III

PROCESSOS DE REAVALIAÇÃO

- Para bens não totalmente amortizados – aplicação das tabelas da portaria 395/92.
- Para bens totalmente amortizados - aplicação do critério da vida útil esperada.

IV

VALORES MÁXIMOS DE REAVALIAÇÃO

- O valor líquido contabilístico dos elementos reavaliados não pode exceder o seu valor real actual.
- No valor real há a ter em conta o estado de uso do bem e a utilidade esperada.

V

RESERVA DE REAVALIAÇÃO

- Deverá ser criada uma conta denominada “Reserva de Reavaliação” DEC-LEI 264/92, onde será registado o seu valor.
- Esta conta pode ser utilizada em:
 - Cobertura de Prejuízos
 - Incorporação de Capital Social

LEASING OU LOCAÇÃO FINANCEIRA

- CLASSIFICAÇÃO
- CASOS ESPECÍFICOS DE LEASING

É o contrato pelo qual uma das partes se obriga, contra retribuição, a conceder a outra o gozo temporário de uma coisa, seja esta adquirida ou mandada construir, põe este e que o mesmo pode comprar total ou parcialmente num prazo convencionado.

Estes bens de locação financeira devem fazer parte do imobilizado da Empresa, pois são bens que não se destinam a ser vendidos ou transformados no decurso normal das operações da Empresa, e são bens que vão ser detidos continuamente.

CLASSIFICAÇÃO

Leasing Operativo Contrato de locação de curta duração em que o locador, cede os bens que possui a um terceiro locatário mediante o pagamento de uma renda ou aluguer.

Leasing Financeiro Contrato de locação em que os contratantes conhecem previamente:

- 1º a duração do contrato
- 2º as prestações pecuniárias
- 3º o valor residual

CASOS ESPECIFICOS DE LEASING

Lease Back Venda pela Empresa das suas instalações ou equipamento a uma Sociedade de leasing, que imediatamente faz um contrato com a Empresa com opção de compra no final

Leasing Imobiliário Operação através da qual, uma Sociedade de locação acorda em ceder a um terceiro um imóvel constituído ou a constituir de acordo com a finalidade e propósitos do futuro locatário.

Contabilização do Contrato de Leasing

- Deb. 42
- Cre. 261

Contabilização das Rendas

- Deb. 261
- Deb.6818
- Cred. 12

Amortização Técnica do Bem

- Deb. 66
- Cred. 48

